

A METÁFORA NA CONSTITUIÇÃO MIDIÁTICA DO ESCÂNDALO POLÍTICO: ANTAGONIZANDO IDENTIDADES SOCIAIS

Emanoel Pedro Martins Gomes - UECE*

ABSTRACT: In this work, we intend to considerate the matter of how the use of metaphors in political scandal's media representation is an intervention in the constitution of social identities. We have got Critical Discourse Analysis as our theoretical and methodological framework, as well as the Critical Social Theory by Ernesto Laclau (1990) and Chantal Mouffe (1994; 2005; 2006). This way, we will investigate the construal of the identity of social agents related to 'mensalão scandal', taken place in the Lula's government (2003-2010), through the metaphorical representation via media, specifically in the *Veja* magazine, and its social and political consequences.

KEYWORDS: identity; metaphor; antagonism.

RESUMO: Pretendemos, neste trabalho, tecer considerações sobre como o uso de expressões metafóricas na representação midiática do escândalo político é uma intervenção na constituição de identidades sociais. Amparados pela Análise Crítica do Discurso, de Norman Fairclough (2001; 2003), enquanto referencial teórico-metodológico discursivo, e pela Teoria Social de Ernesto Laclau (1990) e Chantal Mouffe (1994; 2005; 2006), investigamos como se deu, na mídia impressa brasileira, especificamente na revista *Veja*, a construção da identidade de agentes sociais relacionados ao episódio "escândalo do mensalão", ocorrido durante o governo Lula (2003-2010), e as consequências políticas e sociais dessa construção.

PALAVRAS-CHAVE: identidade; metáfora; antagonismo.

INTRODUÇÃO

Após o surgimento de novos meios de comunicação, e com o seu respectivo desenvolvimento, é notório que outras formas de ação e de intercâmbio simbólico emergiram e, por conseguinte, tiveram implicações para a organização cotidiana da vida social. Além da interação social não mais se restringir aos contextos imediatos onde se encontram as pessoas, outra consequência ocorrida foi a mudança da natureza da publicidade e dos modos como os eventos e os agentes sociais passaram a se tornar visíveis aos outros. De acordo com John B. Thompson (2002), com o advento da imprensa (cuja origem está relacionada aos meios de comunicação), os acontecimentos públicos passaram a se distinguir dos privados não só pelo o que é ou está aberto e acessível aos olhos das pessoas, mas também pelo que pode ou não ser atingido pelas lentes da mídia. Dessa maneira, com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e com o aparecimento de "indústrias de mídia" (THOMPSON, 2005), criou-se formas de publicidade que divergem bastante de formas tradicionais, como a que implica a presença de pessoas em tempo e lugar determinados: esta nova publicidade, que Thompson (2002, p.65) chama de *publicidade midiática* (por estar intrinsecamente ligada à capacidade ampliadora da mídia), tornou-se traço marcante das sociedades modernas contemporâneas, que são cada vez mais moldadas por tais mudanças tecnológicas.

O desenvolvimento da comunicação, como argumenta Thompson (2002, pp. 67-8), ao possibilitar uma transmissão da informação e de conteúdo simbólico por grandes

* Aluno mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (Pós-LA), da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Agradecemos a CAPES a concessão da bolsa para o desenvolvimento deste trabalho.

distâncias e com pouco gasto de tempo, fez com que essa publicidade se caracterizasse por uma *simultaneidade desespacializada*, por meio da qual as pessoas puderam ser vistas e ouvidas na concomitância de suas ações, ainda que não partilhassem o mesmo lugar dos seus receptores. Tal publicidade permitiu, portanto, um modo *sui generis* de auto-apresentação às pessoas, facilitando o surgimento de uma sociedade em que tanto os líderes políticos quanto outros personagens públicos aparecem, cada vez mais, diante de pessoas distantes espaço-temporalmente. Por consequência, isso acarretou novos riscos, pois os líderes políticos e outras figuras públicas vieram a ser avaliadas não só do ponto de vista de suas qualidades políticas, mas também de suas qualidades pessoais e íntimas. Desse modo, se qualquer ação ou acontecimento relacionado a personagens públicos - que implicasse em transgressão de certos valores, normas ou códigos morais - for revelado ao domínio público, isso pode prejudicar a reputação de suas condutas públicas e privadas e de suas imagens.

Essas inovações no campo tecnológico, suas consequências na reconfiguração da fronteira entre público e privado, a transformação da natureza da publicidade e o aparecimento de um *ethos* jornalístico com caráter crítico e investigativo, tudo isso favoreceu ainda mais que a revelação de atividades consideradas moralmente ignominiosas e praticadas por pessoas de importância pública, ou seja, beneficiou que a descoberta de um escândalo se convertesse, quando propagado pela mídia, em um evento com sérias implicações para aqueles que nele estão envolvidas. Se, conforme Thompson (2002, p. 97), um escândalo pressupõe, além da ocorrência de atos transgressores que se tornam conhecidos por outros, a sua desaprovação pública, a mídia tem papel fundamental na constituição deste evento, uma vez que ela pode revelá-lo e transmiti-lo a uma pluralidade de pessoas, além de criar um clima generalizado de condenação.

Nesse sentido, o trabalho que apresentamos se volta para investigar como foi concebida pela mídia impressa brasileira a representação e constituição da identidade dos agentes sociais relacionados ao evento categorizado como “escândalo do mensalão” e ocorrido no primeiro governo de Lula, através da análise das expressões metafóricas mobilizadas nessa representação. Para isso, utilizamos um *corpus* de textos da revista *Veja* (uma das instâncias discursivas da grande mídia brasileira) que estão relacionados ao evento e buscamos ver como o uso de expressões metafóricas traduz a intervenção discursiva na definição da identidade dos agentes sociais, bem como tecer algumas considerações sobre suas implicações políticas e sociais.

Assim, para este trabalho, tomamos como referencial teórico-metodológico a Teoria Social do Discurso, do linguista britânico Norman Fairclough - que se destaca dentre as atuais abordagens para análise de textos, tanto por conferir ao discurso um papel relevante nas práticas sociais quanto por reunir uma análise linguisticamente orientada e o pensamento social crítico (útil para a compreensão da linguagem) num quadro analítico adequado à pesquisa científica social. Por outro lado, partimos de considerações da Teoria Social Crítica, de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, que propõem um novo modelo para a política democrática de esquerda, na clássica obra *Hegemony and Socialist Strategy*, o qual foi, depois, aprimorado pelo primeiro, no trabalho *New Reflections on the Revolution of Our Time* (LACLAU, 1990), e operacionalizado pelo segundo, numa conceitualização de uma política democrática pluralista, em inúmeros trabalhos (MOUFFE, 1994; 2005; 2006), dos quais retiramos alguns de nossos pressupostos principais para uma compreensão das relações e conflitos

sociais contemporâneos, através de conceitos como antagonismo, contingência e hegemonia.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Ao conceptualizar o discurso (a linguagem) como um momento das práticas sociais, Fairclough (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001; 2003) nos oferece a possibilidade de ver o discurso não apenas como modo de reprodução de ideologias (pretensamente) naturalizadas, mas também como modo de ação sobre o mundo e sobre as pessoas, como um modo através do qual as pessoas (os agentes sociais) articulam recursos simbólicos ou para atualizar e reforçar representações particulares do mundo social (identidades sociais, relações sociais, valores e crença), ou para remodelar e transformá-las.

Quando Fairclough (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003) localiza um momento ou elemento discursivo nas práticas sociais, ele nos permite ver como o discurso (a linguagem) molda os eventos da vida cotidiana e, cumulativamente, altera a estrutura social. As práticas sociais, embora determinem e constroem o que acontece no curso dos eventos sociais, estão em relação dialética tanto com estes (pois os agentes sociais, que são um dos elementos causais do evento, podem, dentro das possibilidades sócio-históricas, ser inovadores e contribuir para a desnaturalização de práticas e para a contestação de hegemonias, ao rearticularem e combinarem, de modo reflexivo e crítico, os elementos das práticas sociais) quanto com a estrutura societária, que lhe é não só condição, mas também consequência. Isto abre espaço para que percebamos o caráter constitutivo do discurso (da linguagem). Este deixa, portanto, de ser visto somente como uma prática reprodutiva do mundo social vigente e ganha um foro na significação e representação (construção) desse mesmo mundo.

Fairclough (2003), percebendo as diversas maneiras de atuação dos discursos (da linguagem) nas ações habituais da vida, explica que eles figuram de três modos nas práticas sociais: como Gêneros, Discursos e Estilos. Enquanto facetas da ordem de discurso, que, entre a estrutura e os eventos sociais, organizam e viabilizam, social e historicamente, a ocorrência de determinadas ações discursivas, os Gêneros, os Discursos e os Estilos revelam, respectivamente, os modos de agir (e interagir), de representar e de identificar (a si ou aos outros) ou de ser no decorrer dos eventos sociais. Os textos, material de investigação dessa Teoria, localizam-se, dentre a tríade que compõe a vida social (estruturas, práticas e eventos), no nível dos eventos, como aspecto discursivo dos acontecimentos e ocasiões do cotidiano social. Eles são vistos como elementos que desempenham, simultaneamente, três funções, ou melhor, possuem três tipos de significado: o Acional, que orienta as ações e as interações nos textos; o Representacional, que enfatiza a representação de aspectos do mundo físico, social e mental; e o Identificacional, que se relaciona à construção e à negociação das identidades envolvidas nos textos. Para Fairclough (idem), esses três tipos de significado correspondem, no nível dos eventos sociais, aos modos pelos quais o discurso (a linguagem) figura nas práticas, ou seja, aos Gêneros, aos Discursos e aos Estilos, respectivamente.

Nosso trabalho vai articular esse quadro analítico e a compreensão de linguagem ou discurso subjacente a ele a uma visão das relações e conflitos sociais

contemporâneos esboçada na Teoria Social Crítica de Ernesto Laclau (1990) e Chantal Mouffe (1994; 2005; 2006). As ideias de Laclau (1990) são fundamentais para a interpretação que fazemos do nosso objeto de análise. Ele demonstra (por meio de uma análise de que consequências haveria se pensássemos, à luz das reflexões teóricas pós-modernas, o processo histórico enquanto luta de classes) que “o antagonismo é o *limite de toda objetividade*” (LACLAU, 1990, p. 17, *itálico do autor*). Com esta tese, ele demonstra que a negação de uma identidade significa impedir sua constituição enquanto objetividade e indica, por conseguinte, a impossibilidade de ela assim se estabelecer plenamente. Além disso, outra consequência é apreensível da adoção dessa tese para o entendimento das identidades sociais e, por conseguinte, das lutas sociais contemporâneas: se, por um lado, o antagonismo (presente nas relações de representação, sob a figura de uma força antagonizante) bloqueia a constituição plena de qualquer objetividade (como as identidades sociais, por exemplo), por outro ele é também *constitutivo* dessa objetividade (na figura de uma força antagonizada), já que ele é parte das condições de existência dela. Essa natureza constitutiva do antagonismo reside no fato de que toda entidade, na busca de definir hegemonicamente sua identidade, expõe nela mesma, ao se constituir plenamente como uma objetividade, a exclusão operada de elementos do seu exterior (da força que a antagonizava) que a ameaçavam de constituir-se enquanto tal.

Em Mouffe (1994, 2005, 2006), há uma postura que, na linha do exposto acima em Laclau, busca ver a política democrática não de forma pacífica e consensual, mas de um modo em que seja sempre reconhecida a dimensão conflitual, adversarial, antagônica, do político. Para a autora (2005), o *Zeitgeist* político atual é anti-político, pois que objetiva o estabelecimento de um mundo além da esquerda e da direita, além da hegemonia, além da soberania, além do antagonismo, ao defender valores como consenso, deliberação racional, como critérios para o campo político. Além disso, segundo ela (*ibidem*), em vez de tentar criar instituições que, através de procedimentos supostamente “imparciais”, reconciliariam todos os interesses e valores conflitantes, a tarefa para os teóricos e os políticos democráticos deveria ser encarar a criação de uma “vibrante” esfera pública agonística de contestação em que distintos projetos políticos hegemônicos podem ser confrontados. Assim, Mouffe (2006, p. 174) defende que as identidades sociais e políticas sejam vislumbradas a partir da ótica de um “pluralismo agonístico”, de modo que o propósito da política democrática seja construir o “eles” de forma a não ser percebido como um inimigo que deve ser destruído, mas, sim, como adversários cujo direito de defender suas ideias não é posto em questão, tratando-os sempre como opositores legítimos.

A METÁFORA NA REPRESENTAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS

Conforme vimos na seção anterior, os textos são vistos por Fairclough (2003) como possuidores de três significados, dentre os quais está o significado representacional. Este está relacionado aos Discursos, ou seja, aos modos de representar aspectos do mundo – os processos, as relações e as estruturas do mundo material, o mundo mental e o mundo social. Esses aspectos da “realidade” social podem ser representados distintamente, o que implica serem os Discursos diferentes perspectivas que se tem sobre o mundo. Tais perspectivas estão associadas com as diversas relações que as pessoas estabelecem com o mundo, que, por sua vez, dependem de suas posições sociais, identidades pessoais e sociais, e os relacionamentos que elas têm com outras

pessoas. Assim, os textos não reproduzem o mundo “congruentemente”, ou melhor, tal como ele é (se é que podemos perscrutar o mundo “real”), mas também projetam, constroem distintas possibilidades de vermos esse mundo, de acordo com a visão particular daquele(s) que os produz(em).

Como podemos, então, encontrar a materialidade linguística do significado representacional em um texto? Fairclough (2001), apoiando-se em trabalho de Lakoff e Johnson (*Metaphors we live by*), aponta a metáfora como um dos aspectos textuais denunciadores das significações sociais do mundo, visto que, se nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos, na verdade, construindo nossa realidade de uma maneira determinada e não de outra, fato este que revela a maneira particular como representamos aspectos do mundo. As metáforas estruturam o modo como pensamos, e auxiliam o modo como agimos de uma forma penetrante e fundamental. Assim, podemos operacionalizar uma análise do significado representacional de um texto por meio das expressões metafóricas mobilizadas na sua construção.

Percebendo essa capacidade representacional da metáfora, buscamos analisar os textos, através do mapeamento das expressões metafóricas mais representativas que estão associadas aos agentes sociais envolvidos no “escândalo do mensalão”. Durante nossa análise, encontramos recorrente uso de metáforas que apelam para o campo semântico da guerra. Ainda que em linhas gerais, o que poderíamos pressupor desse campo de sentidos? Sabemos que uma guerra pode ser traduzida como uma contenda armada, que envolve inúmeras pessoas e que tem consequências (físicas, econômicas, morais e psicológicas) sérias àqueles que estão inseridos no conflito ou no ambiente em que se desenrola. Uma guerra também supõe a existência de um desacordo entre as partes a ela relacionadas, ou seja, um litígio que, por algum motivo, não pôde ser solucionado diplomaticamente e que ocasionou a disputa. Além disso, guerra sugere violência.

Longe de saturarmos e esgotarmos, com essa breve lista de características, todas as acepções que o campo semântico da guerra pode nos indicar, queríamos, antes, assegurar quais interpretações ele nos ofereceria, a fim de que, assim, fizéssemos as seguintes indagações: que representações dos atores sociais são produzidas, quando se utilizam metáforas ligadas a essa esfera de sentidos? Como influencia o campo semântico da guerra na representação dos atores sociais? Através dessas questões, procuramos investigar as expressões metafóricas por nós encontradas e considerar seu significado representacional. Contudo, antes de começarmos a analisar as propriedades da guerra selecionadas para a representação dos atores sociais, tornaríamos mais claro aquilo que, talvez, constitui o foco do “conflito” relatado nos textos que investigamos, isto é, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (doravante CPI), se reproduzíssemos o que ela significa social e politicamente nos textos. Em uma das reportagens analisadas, “A maior crise de Lula”, publicada em 25 de maio de 2005, edição 1906, ano 39, encontramos o seguinte trecho*:

- i) (...) A CPI apuraria os desvios dos Correios e identificaria os culpados, que seriam punidos, e as brechas para novas ações ilegais do mesmo tipo seriam fechadas. Resultado natural: políticos e instituições saíam fortalecidos, com imagem renovada. (...)

* Todos os trechos de reportagens aqui analisados podem ser visualizados gratuitamente através da página de VEJA na internet (<http://veja.abril.com.br/arquivo-2002-2006.shtml>).

Com este excerto, vemos claramente a valorização positiva que é dada a uma CPI, que pode ser um instrumento eficaz no combate à corrupção, uma vez que somente ela pode estabelecer medidas institucionais com base em suas investigações para evitar novas ações de caráter dissoluto. Temos essa noção preliminar de CPI é importante, pois, a partir dela, tornam-se mais transparentes as motivações sociais que subjazem à metaforização dos agentes sociais representados.

O mesmo texto do qual tiramos o trecho acima se constrói a partir da seguinte informação: o governo do presidente Lula (entendamos, aqui, por governo um conjunto de agentes sociais), após a divulgação por *Veja* de um vídeo que flagrava Maurício Marinho, funcionário dos Correios ligado a Roberto Jefferson do PTB, recebendo (ou cobrando) propina de empresários, e com a possibilidade de instalação de uma CPI no Congresso, mobiliza-se para que ela não seja criada. Com esse esqueleto informacional, vemos como expressões metafóricas – que remetem à “guerra” e que representam os agentes sociais e suas ações – impõem determinados sentidos àqueles que se envolvem nos “fatos” relatados. Tomemos os trechos abaixo:

- ii) (...) Com uma *mobilização* ímpar, houve até *reunião* de ministros para definir *uma ação comum*. (...)
- iii) (...) Os ministros José Dirceu, Luiz Dulci, Luiz Gushiken e Jaques Wagner *selaram um pacto* de convivência pacífica com o ministro Aldo Rebelo, do PCdoB, *cuja cabeça o PT tem pedido* com deselegante insistência pública. (...)
- iv) (...) A primeira *estratégia* é a ameaça direta aos aliados: quem assinar a CPI será tratado como *inimigo* (...).
- v) (...) O governo petista *montou uma tropa de choque* para evitar uma CPI (...).

Lembremos que o motivo da “apreensão” dos agentes sociais em questão é a possível instalação, por parte dos opositores, de uma CPI, que é caracterizada como “poderoso instrumento”. Assim, essa é vista como uma estratégia inimiga que deve ser combatida, pois, do contrário, o governo de Lula pode vir a ser seriamente prejudicado. As expressões em destaque no trecho (ii) representam, metaforicamente, as ações de membros do governo. “Mobilização” parece sugerir a ação militar de passar tropas de um exército de um estado de paz para o de guerra, ou melhor, uma manobra para atacar ou se proteger de um inimigo. No mesmo trecho, encontramos duas expressões que reforçam o caráter bélico das ações: “reunião”, que imprime um sentido de conluio contra outrem; e “ação comum”, que parece impor uma acepção de estratagem, tal como se fosse um ardil a ser empregado para burlar um inimigo. No exemplo (iii), a atmosfera de conjuração dos agentes sociais pertencentes ao governo perdura, com a utilização da expressão “selaram um pacto”. Vemos que a metaforização, neste caso, é a do processo, da atividade dos agentes sociais citados. Logo em seguida, o fato do PT “pedir a cabeça” de um dos ministros imprime um teor de violência ditatorial às suas ações, visto que o partido é demonstrado como capaz de “eliminar” um de seus próprios aliados. Nos trechos (iv) e (v), seguem as mesmas representações militares dos agentes sociais envolvidos nos episódios. A única exceção é “montou uma tropa de choque” de (v), que parece fazer referência a um campo semântico policial; porém, ela não deixa de reforçar o caráter coercitivo das ações governistas.

O apelo para o campo de sentidos da guerra está presente em outros textos da revista. Na reportagem “Operação de guerra”, publicada em 18 de junho de 2005, edição 1908, ano 39, temos o relato da temeridade do governo Lula (ou do próprio Lula,

pois constantemente governo e presidente são referidos como sendo o mesmo ente, embora governo pressuponha vários agentes sociais e não um) pela instalação de uma CPI, e o relato das novas “estratégias” mobilizadas para impedir seu estabelecimento. Tal como a reportagem anterior, esta representa os agentes sociais através de expressões com sentidos bélicos. Desses sentidos, são selecionadas características determinadas que prescrevem nuances negativas ao grupo governistas, pois que o metaforiza e representa em termos de um exército que tenta combater e “sepultar” um inimigo ou ameaça: a CPI, que é, como vimos no trecho (i), vista como algo bom e desejável ao país pelas consequências institucionais que acarreta com base em suas investigações. Vejamos os seguintes trechos:

- vi) (...) O melhor a fazer, portanto, é *matar a CPI* na origem. (...)
- vii) (...) Na semana passada, o governo lançou-se numa *operação de guerra para sepultar a CPI*.
- viii) (...) *A tropa governista* passou a contar com a colaboração do ministro Antonio Palocci, da Fazenda, que agora compõe uma *tróica de defesa e ataque* com os ministros José Dirceu, da Casa Civil, e Aldo Rebelo, da Coordenação Política. (...)
- ix) (...) A primeira *providência*, como sempre, foi *acionar a arma mais poderosa* – o cofre. (...)

O primeiro trecho (vi) expõe a provável deliberação a que chegara Lula, após deduzir que, com a criação de uma CPI, não haveria meios de controlar as consequências que gerariam uma investigação parlamentar. A expressão “matar a CPI” metaforiza belicamente tanto a ação, talvez, proposta por Lula quanto, indiretamente, representa este de modo negativo, por que é relatado como se estivesse a favor de uma interdição da CPI. Nos trechos seguintes, (vii) e (viii), as expressões destacadas fazem referência às ações (ou série de ações) promovidas pelo governo e aos seus objetivos, fato este que é reforçado pela conjunção de finalidade, em outras palavras, tais expressões representam as ações do governo em termos da manobra militar de uma tropa que tem como escopo derrotar, “sepultar” um inimigo. As expressões de (ix) desvelam, por fim, sempre em termos de guerra, o expediente empregado pelo governo para atingir seu objetivo.

Com essas expressões analisadas, supomos que já conseguiremos fornecer uma resposta às questões suscitadas no início desta seção. É possível dizermos que o apelo ao campo semântico da guerra proporciona uma significação que dispõe os agentes sociais citados em uma posição social e politicamente desprivilegiada, uma vez que são representados como antagônicos ao estabelecimento de uma CPI, que, voltamos a repetir, é vista como indispensável ao “combate” à corrupção do país, mas que, se fosse criada e instalada, aumentaria a crise política do governo. Desse modo, as metáforas utilizadas nas reportagens ajudam a constituir uma determinada visão acerca dos atores sociais e de suas ações, o que, de acordo com o significado representacional referido por Fairclough (2003), revela uma filiação a uma perspectiva particular de significar esses aspectos do mundo social, pois, se se usa uma metáfora em vez de outra, é porque se escolhe um modo de construção social da “realidade” que difere de outros.

Para finalizarmos essa breve análise, tomaremos mais um exemplo. Na reportagem “O PT assombra o Planalto”, publicada em 15 de junho de 2005, edição 1909, ano 39, encontramos a informação de uma denúncia, feita pelo então deputado federal Roberto Jefferson, de um pagamento de 30.000 reais a deputados da base aliada do governo para votarem a favor de projetos governistas. Aqui, as expressões

metafóricas, ao contrário das reportagens anteriores, que põem os atores sociais relacionados ao governo em uma posição de ataque ou de defesa, portanto, em uma atitude ativa, representam os atores sociais como derrotados ou combatidos pelas confissões de R. Jefferson. Tomemos alguns trechos:

- x) *Alvejado* pela acusação de comprar deputados com mesada de 30.000 , o PT vê *desmoronar* seu discurso ético e enfrenta uma crise que, no seu desdobramento mais dramático, pode *afundar* o governo junto.
- xi) As denúncias *explosivas* do deputado Roberto Jefferson, o *homem-bomba* do PTB, *detonaram* a mais grave crise política dos últimos anos e jogaram uma *espessa nuvem de fumaça* sobre o futuro próximo. Ao contar (...) que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, pagava mesada de 30.000 reais aos deputados do PP e do PL, Roberto Jefferson fez uma *vítima poderosa*: o PT, essa legenda que (...) *senta* agora *no banco dos réus* para ser *acusada* de carregar a mala preta (...).

No primeiro trecho, vemos três expressões metafóricas representativas: “alvejado”, “desmoronar” e “afundar”. A primeira se apresenta a nós por uma associação do PT a um alvo atingido, colocando-o em posição de inferioridade, tal como o verbo “desmoronar”, que, juntamente com “afundar”, representam o discurso ético do partido e o governo em termos de espacialização para baixo. Lakoff e Johnson (2002, *apud* RAMALHO; RESENDE, 2006) explicam que, na cultura ocidental, espacialização para baixo é experienciada de um ponto de vista negativo, o que explicaria a utilização não-arbitrária de metáforas com essa característica. No trecho (xi), as denúncias do deputado Roberto Jefferson são significadas tais como se desencadeassem uma cena típica de guerra: haveria uma bomba (ou homem-bomba que, neste caso, imprime um caráter terrorista à ação de Jefferson) que, ao ser acionada, detonou e explodiu, jogando não só uma “espessa nuvem de fumaça” sobre o tempo (futuro), mas também fazendo uma “vítima poderosa”. Como se não bastasse o fato de ser “atingido” e ter sido vitimizado, o PT ainda “senta no banco dos réus” para ser “acusado” de um crime, quer dizer, a esse agente social ainda é imputado um delito pelo qual deverá responder em tribunal.

A MÍDIA E AS CONTRUÇÕES MIDIÁTICO-DISCURSIVAS: IMPLICAÇÕES.

As duas reportagens analisadas, “A maior crise de Lula” e “Operação de guerra”, não se referem especificamente ao evento conhecido por “escândalo do mensalão”, que figura no título deste trabalho. Elas compõem nosso *corpus*, porque fazem parte de uma cadeia midiático-discursiva gerada, inicialmente, pelo “esquema de corrupção” nos Correios, sendo revelado pela mesma revista, em 18 de maio de 2005, edição 1905, ano 39. É a partir dos desdobramentos que se seguiram a esse primeiro “caso” que se foi construindo midiática e discursivamente o “escândalo do mensalão”. De acordo com Thompson (2002), os escândalos midiáticos não se mostram já prontos ao público, mas, sim, são constituídos por uma série de eventos que, ao longo de um período indeterminado, vão revelando elementos comprometedores para agentes sociais ou organizações. Essas reportagens, dentro de uma estrutura sequencial, pertenceriam à “fase pré-escândalo” (THOMPSON, 2002, p. 103), que envolve a publicação de informações que *a posteriori* serão relevantes para o escândalo propriamente dito.

Além disso, os escândalos midiáticos presumem dois fatores, conforme Thompson (*idem*): primeiro, a ocorrência de atos de transgressão que se tornam

conhecidos; segundo, a manifestação de desaprovação pública. A mídia, por sua alta escala de atuação e difusão, tem papel preponderante na construção de um escândalo, pois constitui modo principal de desaprovação; e a apresentação repetida de manchetes dos jornais, a presença de avaliação negativa na imprensa, bem como as críticas aos agentes sociais e suas ações (sejam elas reais ou supostas), geram não só um clima generalizado de condenação necessário para a emergência de um escândalo como também podem tornar o discurso da mídia auto-referente.

Nesta conclusão, seria necessário dizermos que não objetivamos com a análise deslegitimar e desmerecer o exercício da mídia impressa brasileira. Nem mesmo buscamos defender ou apoiar as ações promovidas por aqueles que foram representados nas reportagens sobreditas. Pretendemos, sim, demonstrar como a metáfora interfere nos discursos para significar os agentes sociais, realçando as visões particulares que engendram as representações sociais do mundo.

Alguns discursos midiáticos podem até não ser declaradamente antagônicos, nem se erigirem, à primeira vista, como uma força negativa, na relação que estabelecem com os agentes sociais que são representados por eles. Não obstante isso, o que vemos é que eles, como os de alguns jornalistas de VEJA, de alguma forma, contestam a (provável) imagem dos agentes sociais representados e colaboram para comprovar a existência (como se esta não fosse também uma construção, algo ativamente elaborado) de uma identidade determinada de tais agentes, através dos aspectos discursivos que destacamos com a nossa análise. E, dessa forma, o discurso midiático não deixa de ser, no fim das contas, político, o que, no entender de Chantal Mouffe (2005), quer dizer também antagônico, cuja inerradicabilidade é fruto do pluralismo de valores dos atores sociais.

Aqui, tomando como ponto de esteio as reflexões de Laclau e Mouffe, assumimos que, no caso de nossa análise, a própria identidade que o governo e seus membros viessem a reivindicar para si seria uma construção social, política e histórica. Entretanto, como se poderia pensar, em nenhum momento essa compreensão do caráter construído, acidental e contingente, das identidades invalida ou enfraquece nossa interpretação de que o escândalo político, tal como este é representado na e pela mídia, é um ato de poder antagonizante, que não só impede que a identidade do grupo antagonizado se constitua, como também, nesse mesmo movimento, busca encerrá-lo na camisa de força de uma identidade determinada e fixa (como a que os jornalistas buscam construir).

Em algumas reportagens, encontramos repetitiva alusão à suposta imagem que o PT tinha enquanto compunha a oposição durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): a de um partido “idôneo” e “confiável”, que se “enrolava” na bandeira da ética e da moralidade política (cf. reportagem “O PT assombra o Planalto”, analisada acima). Agora, após seu mandato, vemos, através das reportagens, vários membros desse mesmo partido ou do governo de Lula provavelmente envolvidos em atividades consideradas incongruentes, em relação à sua integridade ético-política. Isto traz implicações sérias para a reputação tanto da agremiação partidária quanto do governo. Segundo Thompson (p. 298), a reputação é “um recurso muito frágil, que pode ser fácil e totalmente destruído”. Ela estaria vulnerável ao que ele chama de *esvaziadores de reputação*, tais como os escândalos. Estes possuem uma capacidade de esgotar rapidamente a reputação, e, uma vez consumida, torna-se quase impossível

instaurá-la. E um dano à reputação pode impedir que um governo ou partido alcance, posteriormente, seus objetivos políticos e eleitorais.

Dessa maneira, percebemos que o uso de expressões metafóricas não só ornamenta estilisticamente um determinado discurso, como vemos, sobretudo, em textos literários; ele revela também uma motivação social e uma atitude política na representação (na construção semântica) de certos aspectos dos eventos sociais (no caso desse trabalho, os agentes sociais, sejam eles indivíduos ou instituições). Como consequência, o grau de atuação dessa construção discursiva e a sua visibilidade, associado ao grau de repetição pela mídia, podem, juntos, promover sua estabilidade e, por conseguinte, imprimir-lhe um matiz hegemônico e universal.

REFERÊNCIAS

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity**. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. **Analysing Discourse. Textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

LACLAU, Ernesto. **New Reflections on the Revolution of Our Time**. London: Verso, 1990.

MOUFFE, Chantal. **Le politique et ses enjeux. Pour une démocratie plurielle**. Paris: Éditions La Découverte, 1994.

_____. **On the political**. London; New York: Routledge, 2005.

_____. “Por um modelo agonístico de democracia”. *In: Revista de Sociologia e Política*. n. 25. Curitiba: UFPR, 2006, p. 165-75. Texto disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rsp/article/view/7071/5043>. Acesso em 31/08/2009.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise do Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, J. B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 2005.